

A escrita rasurada: Machado de Assis e pensamento científico do século XIX

Claudete Daflon

Resumo

O desenvolvimento e o prestígio alcançados pelo método positivista durante o século XIX determinaram uma prática fundada em princípios como o conhecimento neutro e a naturalização dos aspectos sociais. Caberia, ainda, ao cientista buscar a verdade apreensível graças a uma abordagem objetiva da realidade. Paralelamente, assiste-se, no Brasil, ao estabelecimento da ciência médica e ao crescente poder do discurso dela derivado. A ação/intervenção médica avançava na sociedade brasileira quando Machado de Assis, na década de 1880, publicou “O Alienista” e “Quincas Borba” no jornal “A estação”. O tema da loucura, central nas duas obras, permitiu-lhe, a um só tempo, a reflexão sobre práticas da medicina da época, especialmente a psiquiatria, e a problematização de relações de poder legitimadas pela ciência ou por lugares de enunciação socialmente reconhecidos. A desconstrução machadiana da propalada neutralidade científica contrapunha-se, porém, à natureza do conteúdo de “A estação”. Periódico voltado para o público feminino, abrigava o didatismo de orientações e prescrições, tais como as dicas do médico de família sustentadas em teorias higienistas. A incompatibilidade entre o discurso normatizador apoiado na ciência da época e a escrita rasurada de Machado aparece, contudo, redimensionada por uma estratégia fundamental em suas narrativas: a construção em palimpsesto.

Palavras-chave: literatura; ciência; Machado de Assis.

Não houve nem pronta nem fácil aceitação do pensamento científico moderno em Portugal, fato que tem sido, em boa parte, atribuído ao controle da educação desde o século XVI pelos jesuítas. Os inicianos associavam o humanismo ao cristianismo e defendiam uma ética pautada no valor da ordem e da obediência. Possuíam, ainda, controle do Colégio das Artes, por onde era preciso passar para posterior ingresso na Universidade de Coimbra.

A determinação do estatuto do Colégio das Artes é especialmente reveladora do quão indesejável era aos olhos da Companhia de Jesus a introdução de certas idéias que circulavam pela Europa do século XVIII em terras lusitanas e, por extensão, brasileiras.

...o reitor do Colégio das Artes, em edital de 7 de maio de 1746, determinou que ‘nos exames, ou Lições, Conclusões públicas, ou particulares se não ensine defesa ou opiniões novas pouco recebidas, ou inúteis para o estudo das Ciências maiores como são as de Renato Descartes, Gassendo Newton, e outros, e nomeadamente qualquer Ciência, que defenda os átomos de Epicuro, ou negue as realidades dos acidentes Eucarísticos, ou outras quaisquer conclusões opostas ao sistema de Aristóteles, o qual nestas escolas se deve seguir, como repetidas vezes se recomenda nos estatutos deste Colégio das Artes’. (Carvalho, 1978, p. 39)

De fato, a opção pela retórica e a ênfase na formação literária aparecem relacionadas à educação sob orientação religiosa e têm sido situadas como obstáculos ao pensamento científico. Daí a associação que habitualmente se faz entre a atuação dos Jesuítas e a pouca afinidade com a ciência experimentada por nossos intelectuais (Azevedo, 1996).

Existia, contudo, no Setecentos em Portugal, forte pressão para que houvesse mudanças econômicas que viessem retirar o país da sua condição de atraso frente a nações como França e Inglaterra. Para tanto, todavia, urgia investir no desenvolvimento técnico-científico que possibilitaria, entre outras coisas, o bom aproveitamento das riquezas da colônia. Em outras palavras, o princípio da utilidade e, portanto, da aplicação prática do conhecimento consistia aspecto fundamental (Ferraz, 1997).

Os filhos da elite brasileira, em sua maioria, passaram por Coimbra e viveram de perto as mudanças promovidas no século XVIII pelo Marquês de Pombal. As reformas pombalinas na educação portuguesa, comprometidas com um projeto de modernização, representaram a aposta no ensino técnico-científico e a perda de poder dos jesuítas. As mudanças operadas repercutiram na colônia que sediou a formação de sociedades científicas e literárias.

A questão da modernização perdurou e ganhou mais força no Brasil do século XIX, especialmente com a independência e a necessidade de levar o país à condição de civilizado. Porém, a ausência de estrutura educacional que desse conta da formação da elite tornava ainda necessária a viagem para a Europa a fim de completar os estudos. De

qualquer forma, destaca-se a ligação entre anseios de modernização e valorização do saber da ciência.

Em meio ao desenvolvimento das ciências no Brasil, ganha especial relevância no contexto oitocentista, o discurso médico. O saber da medicina aparece relacionado à civilização, ao moderno e à tendência cara a correntes do pensamento da época de considerar a sociedade humana a partir de parâmetros biomédicos, o que detém significativas implicações ideológicas. O avanço do método positivista e o espaço que alcançou entre os nossos intelectuais são demonstrativos disso. Ainda nesse sentido, na segunda metade do século XIX, entre os nossos literatos, o naturalismo à Zola expôs o prestígio conferido ao método científico na abordagem da sociedade e do mundo. De modo que abordagens das organizações sociais como corpo e pelo viés do patológico tornaram-se expressivas de medidas também de controle social.

Machado de Assis esteve atento, em mais de uma ocasião, aos usos dados ao discurso científico na sociedade brasileira do Oitocentos. Talvez tenha sido, porém, a questão da prática médica o viés pelo qual a obra machadiana mais claramente desenvolvera sua crítica. A problemática que envolvia tanto o diagnóstico quanto o tratamento da loucura foi, nesse sentido, aspecto proveitoso.

De fato, obras como **O Alienista** e **Quincas Borba** foram publicadas no último decênio do século XIX no jornal ilustrado **A Estação**. Este periódico, destinado ao público feminino, original da França, mas produzido na Alemanha, era distribuído em diversas línguas para vários países. No Brasil, ele só passou a ter uma parte de autoria nacional em 1879, apresentando-se bipartido em um caderno de modas de origem parisiense e um suplemento literário escrito por brasileiros. Foi precisamente nesta seção que foram publicados o conto e o romance citados.

Ao analisar **A Estação**, Sônia de Souza Moreira, em sua pesquisa “Literatura e Imprensa”, aponta para o seu caráter instrutivo: “uma de suas principais intenções é preencher o ócio feminino instrutivamente” (Moreira, 1992, p. 9). A respeito disso, a autora acrescenta ao discutir os aspectos que caracterizariam o material habitualmente publicado:

Um destes aspectos mostra-se refletido num grupo de textos cujo caráter é eminentemente didático e informativo. Incluindo desde dicas domésticas e aconselhamentos de ordem prática, passando por noções de higiene e boas

maneiras, normas de comportamento social e chegando até a lições de ordem moral, tais textos identificando-se por uma preocupação evidente em instruir, esclarecer, ensinar as leitoras. (Idem, p. 14)

Assim, encontramos seções como “Livrinho de Família”, constituídas, basicamente, de dicas e orientações, em sua maioria de ordem médica, destinadas às leitoras. Não é difícil perceber no jornal a *contaminação* das idéias higienistas de seu tempo e a presença da figura do médico, que, no Brasil do final do século XIX, é também cientista social como muito apropriadamente Katia Muricy o denomina em seu livro **A razão cética** (Muricy, 1988).

Além dessa questão, há outra que não deve ser esquecida: o discurso. Ainda em seu trabalho sobre o jornal **A Estação**, Sônia de Souza identifica, entre os textos publicados, essencialmente dois tipos: o que constrói o seu discurso de forma a criar um espaço protegido, suspenso no tempo; e aquele que se sustenta na datação. O discurso que “vale para sempre” seriam as dicas e orientações, de valor didático e atemporal; o discurso que “vale para agora” é, sem dúvida, o da crônica: “Já que a mulher é refratária à política, o cronista, então, fala de artes, de cultura, da vida mundana e, gradativamente, vai ‘envenenando’ de atualidade a acronia do universo protegido” (Moreira, 1992, p. 50).

Diante da natureza de tal periódico, é inevitável perguntar-se como e por que Machado publica nele obras de alto teor crítico, que desconstroem muitas das crenças em que as dicas higienistas se sustentavam. Essa questão articula-se, porém, à posição assumida pelo autor frente a discursos que fundavam sua autoridade no conhecimento científico.

Loucura – alteridade da razão

Assume a loucura papel importante na definição da razão, quando o princípio adotado aponta o *outro* como determinante na construção do *próprio*. As fronteiras razão/loucura são a principal preocupação de Simão Bacamarte, o médico de **O Alienista**, narrativa publicada no período compreendido entre outubro de 1881 e março de 1882. Bacamarte, em sua ânsia classificatória, promove a transposição da dualidade para o plano espacial: os limites entre loucura e razão passam a ser representados pela porta de entrada da Casa Verde, criada por ele para abrigar os loucos de Itaguaí.

Delimitar tais fronteiras foi uma questão que a medicina oitocentista. A complexidade desse processo aparece tanto na reflexão do alienista do conto machadiano quanto nos estudos médicos do século XIX, principalmente pela influência de Esquirol, que entendeu a loucura como um fenômeno moral, diferente do que se pensava anteriormente, quando era vista apenas como uma questão cognitiva. Esquirol introduziu o conceito de monomania para os casos de alienação mental em que o delírio era de difícil percepção.

No Brasil do século XIX, o processo de modernização foi introduzido pela medicina, representante legítima da razão. O médico adquiriu, portanto, grande prestígio, que o lançou para fora da esfera específica da ciência natural para incluí-lo no âmbito social e político. Esta medicina, “vanguarda da civilização”, como a designa Katia Muricy, era marcadamente intrusa: pautava-se em uma intensa ação normalizadora na esfera social (Muricy, 1988).

Articulando saber e poder, a medicina, como agente normalizador, alia-se ao Estado, mas sempre identificada com uma pedagogia consolidadora da racionalização, da ciência e do progresso. A interferência da figura do médico na estrutura familiar através de uma política higienista foi crucial na transformação do modelo patriarcal de família no atual modelo nuclear. O médico higienista buscava mudar hábitos arraigados, considerados inapropriados, operando assim mudanças nos valores tradicionais da sociedade brasileira da época. Teríamos de um lado, então, a medicina modernizadora e, do outro, a resistência da “ignorância”, que só poderia levar ao atraso. Esta relação é apresentada em **O Alienista**, quando o narrador menciona a desconfiança popular diante das idéias de Bacamarte: “A proposta excitou a curiosidade de toda a vila, e encontrou grande resistência, tão certo é que dificilmente se desarraigam hábitos absurdos, ou ainda maus” (Assis, 1994, p. 254).

No entanto, Machado questiona a prevalência da ordem médica sobre a “ignorância” popular, ao construir um personagem que, porta-voz da ciência, é um alienista, mas que é sutilmente posto sob suspeita através das observações do narrador: “...a paciência do alienista era ainda mais extraordinária do que todas as manias hospedadas na Casa Verde: nada menos que assombrosa” (Idem, p. 257). À suspeita intensidade da sua paciência acrescenta-se a sua obsessão pela própria ciência: “Mal dormia e mal comia; e, ainda comendo, era como se trabalhasse, porque ora interrogava

um texto antigo, ora ruminava uma questão, e ia muitas vezes de um cabo a outro do jantar sem dizer uma só palavra a D. Evarista” (Idem, p. 258). A suspeita também parte de Porfírio, o barbeiro que lidera a rebelião contra a Casa Verde: “Nada tenho que ver com a ciência; mas se tantos homens em quem supomos juízo são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?” (Idem, p. 270).

Na conclusão do conto, confirmam-se as suspeitas que parecem ser também boatos: não é possível *afirmar*. De qualquer modo, o alienista graças a seu saber, à sua ciência, se diagnostica como alienado. O caráter absoluto da prescrição médica é, portanto, corroído pela dualidade alienista/alienado do médico que a formulou.

A interferência social do médico, legitimada pela ciência e pela razão, encontra representatividade na opção naturalista brasileira pelos chamados romances de alcova. O modelo naturalista que se concentra no coletivo não encontrou solo tão fértil em nossa literatura como o que se constrói enquanto estudo de caso clínico (Sussekind, 1984). É ainda Flora Sussekind quem alerta para uma medicalização da linguagem que, na realidade, está relacionada a processos de legitimação: “E para Machado de Assis o povo acredita no divulgado por acreditar no sistema de divulgação. Como se acredita na ciência e em suas divulgações, mais pela autoridade do sistema que por sua veracidade comprovada” (Muricy, 1988, p. 44). O discurso técnico atestaria autoridade e conferiria legitimidade porque representaria, antes de mais nada, a sintonia com as novas idéias:

Positivismo, Naturalismo e diversas formas de Evolucionismo disputavam a praça como outras escolas. A sua terminologia, tão prestigiosamente moderna quanto estranha à vida corrente, anunciava rupturas radicais, prometia substituir o mecanismo atrasado da patronagem oligárquica por espécies novas de autoridades, fundadas na ciência e no mérito intelectual. (Schwarz, 1990, p. 143)

O discurso “atualizado” deveria necessariamente incorporar essa nova terminologia; assim, a medicalização da linguagem nos romances naturalistas era uma forma de legitimação. A linguagem do romance naturalista, que se legitima na sua própria medicalização, ou seja, através da autoridade do sistema científico, para desta forma inserir-se na modernização introduzida pela medicina, põe em questão as relações entre saber e poder. Enquanto no romance naturalista o médico ou narrador funcionam como porta-vozes do discurso do conhecimento para confirmá-lo como instância de poder; em **O Alienista**, contudo, o discurso do médico é apresentado em suas relações

de poder exatamente para colocá-lo em xeque. Ou seja, o poder do médico de Itaguaí, que representava a voz da ciência, é apresentado não para confirmá-lo mas para desconstruir a idéia de isenção científica.

Por outro lado, o discurso de Bacamarte é o mesmo das teses médicas do século XIX, tanto pelo conteúdo quanto pelas estratégias discursivas, a exemplo do que Foucault observa sobre essas práticas em sua **História da Loucura**.

E durante muito tempo, aquilo a que tradicionalmente se chama ‘psiquiatria clássica’ – aproximadamente, a que vai de Pinel a Bleuler – formará conceitos que no fundo são apenas compromissos, incessantes oscilações entre esses dois domínios da experiência que o século XIX não conseguiu unificar: o campo abstrato de uma natureza teórica na qual é possível isolar os conceitos da teoria médica; e o espaço concreto de um internamento artificialmente estabelecido, onde a loucura começa a falar por si mesma. Houve como que uma ‘analítica médica’ e uma ‘percepção asilar’ que nunca se adequaram uma à outra, e a mania classificatória dos psiquiatras do século passado indica provavelmente o incômodo sempre renovado diante dessas duas fontes de experiência psiquiátrica e da impossibilidade de conciliá-las. (Foucault, 1995, p. 392)

Machado parodia a psiquiatria do século XIX. As oscilações na definição de loucura e a construção da Casa Verde como espaço de pesquisa científica representam essa dissonância entre as abstrações de Bacamarte e a prática asilar, o fim é o da impossibilidade de unificação: o médico seu paciente. Kátia Muricy acrescenta que as teses médicas brasileiras sobre alienação no Oitocentos à maneira de Esquirol e Pinel, que as inspiraram, “defendiam a observação como procedimento científico por excelência, mas não dispunham de qualquer prática asilar” (Muricy, 1988, p. 34).

Assim Bacamarte é, sem dúvida, exemplar, na ambigüidade que o termo encerra: um médico a ser admirado e um modelo dos médicos do século XIX. A respeito disso, diz Luiz Costa Lima: “Bacamarte se apresenta como a própria encarnação do clichê do cientista, sobretudo o médico, que o século XIX forjou...” (Lima, 1991, p. 261).

Todavia, a questão da internação não deve ser negligenciada, pois desempenha papel fundamental em **O Alienista**. O processo de internação remete aos problemas relativos à definição de loucura, o que significa pôr em discussão tanto os critérios estranhos à ciência quanto os objetivos dos internamentos: “Antes de ter o sentido médico que lhe atribuímos, ou que pelo menos gostamos de supor que tem, o

internamento foi exigido por razões bem diversas da preocupação com a cura” (Foucault, 1995, p. 63).

A cura também não era a preocupação de Bacamarte, o internamento antes era para permitir o exercício da ciência, ou seja, garantir um espaço para que o médico investigasse a amostragem de loucos, do que para proporcionar-lhes a cura: “O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhes os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal” (Assis, 1994, p. 256).

Na prática do internamento, como enfatiza Foucault, razões outras que não as médicas compreendiam os critérios de internação, denunciando o comprometimento de práticas ditas científicas com questões que lhe são estranhas. Foucault distingue tais razões como de natureza econômica, social e política. Isso mina decisivamente o mito da isenção científica, abalado em **O Alienista** quando Bacamarte, para exercer sua ciência, precisa se articular politicamente, não apenas com os políticos de Itaguaí – “Daí foi à Câmara, onde os vereadores debatiam a proposta, e defendeu-a com tanta eloquência, que a maioria resolveu autorizá-lo ao que pedira...” (Idem, p. 255) – como também com a própria religião:

Como se fosse grande arabista, achou no Corão que Maomé declara veneráveis os doudos, pela consideração de que Alá lhes tira o juízo para que não pequem. A idéia pareceu-lhe bonita e profunda, e ele a faz gravar no frontispício da casa; mas, como tinha medo ao vigário, e por tabela ao bispo, atribuiu o pensamento a Benedito VIII... (Ibidem)

A despeito das alianças que se estabelecem entre a ciência e outras esferas de poder, Bacamarte insiste numa ciência pura e isenta: “Ao contrário do angelismo positivista de Bacamarte, a ciência não é pura – depois se diria neutra – mas investida de um poder outorgado” (Lima, 1991, p. 265).

A figura abnegada e dedicada única e exclusivamente à ciência é desconstruída na pena machadiana, na medida em que se colocam por terra as premissas positivistas que norteavam a ciência oitocentista. À neutralidade, um dos pilares do Positivismo, contrapõe-se o comprometimento ideológico e político. Da mesma forma, a dúvida lançada sobre a sanidade do cientista ganha conotações interessantes na medida em que alude, ironicamente, ao próprio Auguste Comte, por um lado, e questiona, por outro, a

confiança depositada em instâncias legitimadas como porta-vozes da verdade. A consideração cara ao positivismo da existência de uma verdade a ser alcançada pela observação astuta do cientista-investigador desaba frente à existência de mais de uma possibilidade, já que predominam as conjecturas ou, ainda, o discurso científico perde sua força ao ser incapaz de dar todas as respostas.

O Alienista no jornal ilustrado A Estação

Luiz Costa Lima, em seu famoso artigo “O palimpsesto de Itaguaí”, utiliza a imagem do palimpsesto, que prevê uma escritura em camadas, para sinalizar a dinâmica em que se opera a obra machadiana.

Supomos então haver em Machado uma verdadeira política do texto consistente em compor um texto aparente, ‘segundo’, capaz de interessar leitores ‘cultos’ pelo sóbrio casticismo da linguagem, seus polidos torneios, suas personagens de pequenos vícios e inofensiva aparência. Sob esses traços, eram deixadas as marcas de um texto ‘primeiro’, que a impressão tipográfica antes velava que apagava (Lima, 1991, p. 253)

Essa estratégia do duplo empreendida por Machado de Assis relaciona-se, inegavelmente, à atitude ambígua de não abrir mão nem da crítica nem do leitor, ou seja, sem prescindir de sua reflexão corrosiva deseja atingir o público leitor: “Machado aprendeu as boas maneiras de uma sociedade hostil, ao menos indiferente ao seu ofício, imitando os modos da subserviência e do alheamento políticos, insinuando-se entre os leitores pelas crônicas periódicas” (Idem, p. 261). Assim, a obra machadiana não busca o distanciamento do público leitor e dos veículos que a ele conduzem, mas uma aproximação que permita fazer chegar a quem lê o senso crítico.

Não se fazem aqui (falo sempre genericamente) livros de filosofia, de lingüística, de crítica histórica, de alta política, e outros assim, que em alheios países acham fácil acolhimento e boa extração, raras são aqui essas obras e escasso o mercado delas. O romance pode-se dizer que domina quase exclusivamente. (Assis, 1994, p. 804)

Tal constatação leva em direção, como um novo caminho que se abre, ao romance enquanto espaço de reflexão crítica. Essa opção de Machado se faz ainda mais evidente

pela sua aproximação com o folhetim sem, no entanto, abrandar o valor corrosivo e complexo de seus textos, pelo contrário, a sua tensão com o próprio veículo torna ainda mais densa a sua crítica.

A revista **A Estação**, em que forma publicados **O Alienista** e **Quincas Borba**, voltava-se para o público feminino da época tendo como discursos-alicerce o ensinamento e a notícia. O primeiro estaria sediado nas dicas e orientações quanto à higiene e ao comportamento da mulher. Nesse contexto, aparece a figura “intrusa” do médico, detentor de um saber e que tem muito a ensinar. O segundo alicerce – a notícia – fundamenta-se na crônica: o registro datado que não ensina mas informa.

Machado põe-se em tensão entre esses dois alicerces estruturais da revista. De que forma?

Tanto **O Alienista** quanto **Quincas Borba** tematizam a loucura, engendrando crítica à razão como instância absoluta. A razão, assim entendida, encontrava, no século XIX, na ciência o seu principal representante, mais precisamente na figura do médico. Em **Quincas Borba** a loucura é um legado, que representa, antes de mais nada, a incapacidade de compreender os códigos de sua sociedade, ao insistir em signos superados, daí a anacronia de Rubião de que fala Katia Muricy. Da mesma forma, o Humanitismo integra a herança de Rubião e tem a legitimação de se apresentar como teoria filosófica e a deslegitimação de ter sido elaborada por um homem “desprovido da razão”. Desse modo, o Humanitismo é um viés de crítica à razão e às correntes que no Oitocentos prevaleciam:

Mas passamos ao Humanitismo, a mais célebre das filosofias machadianas. Como sugere o nome, trata-se de uma sátira à floração oitocentista de ismos, com alusão explícita à religião comtiana da humanidade. Os raciocínios fazem pensar em mais outras filiações, já que em lugar dos princípios positivistas afirmam a luta de todos contra todos, à maneira do darwinismo social (Schwarz, 1990, p. 155)

A mesma razão sofre a dura intervenção da crítica de Machado em **O Alienista**, mas a forma de ataque é outra: apropriando-se da figura paradigmática do médico brasileiro do século XIX, constrói Simão Bacamarte. Dando voz a seu alucinado personagem, Machado desmente o caráter puro e isento das intervenções sociais promovidas pela ciência. Esse caráter intruso da ação médica se fez intensamente na estrutura familiar, daí não ser estranho numa revista feminina um espaço reservado às

úteis orientações de um médico: é a intervenção médica na esfera do comportamento social.

De um lado, o discurso fortemente higienista no corpo da revista, do outro, **O Alienista** e **Quincas Borba** que desconstróem esses “ensinamentos”: tal coexistência só foi possível devido à estrutura dupla dos textos machadianos – palimpsesto. Localiza-se, assim, a ponto de tensão que mina o alicerce do “ensinamento”. O ataque também se faz às bases da crônica, ao se incluir os cronistas para desconstruir o seu discurso como verdades e fatos incontestáveis – a informação também não é imparcial e a ficção desmascara isso.

A rasura

A força crítica está em boa medida na aproximação do objeto criticado e do público, comportando mecanismos que permitem alcançar o leitor sem que isso represente necessariamente perda de densidade. Nesse sentido, desempenha papel importante a ficção que encontra um público que lhe é afeito mas que possibilita, ao mesmo tempo, a reflexão e a provocação.

Machado não deixou escapar a capacidade de penetração que o romance tinha no público leitor, incipiente ainda no Brasil do século XIX, em relação aos textos que diretamente discutiam filosofia, política ou história. No entanto, esses conhecimentos se faziam necessários para a formação de um senso crítico. Como levar ao leitor questões relevantes pautadas na reflexão crítica? A resposta: fazer um jogo de dupla legitimação. Assim, Machado escreve folhetins em uma revista feminina de modas como **A Estação** para fazer, na verdade, obras de grande teor crítico, pois, dessa forma, aproxima-se dos leitores, uma vez que o veículo “legitima” essa aproximação. No sentido inverso, o escritor empresta seu nome, já reconhecido na época, para conferir um certo “prestígio” intelectual ao jornal ilustrado. Um acordo implícito, então, se estabelece.

Mas Machado de Assis não pretende abrir mão da complexidade das questões que deseja trazer à tona. A pergunta que se impõe, então, é como fazê-lo, uma vez que não seria recomendável um confronto “direto” com a própria natureza do veículo que utiliza. Sim, porque o jornal ilustrado de modas mantém cumplicidade com a ideologia higienista da época, da exaltação acrítica da ciência como detentora de todas as respostas, abrindo a porta para a ativa interferência do médico nas estruturas sociais; por

outro lado, o jornal também anda de mãos dadas com as figurações de narrador que não se colocam em xeque. Seja informação ou notícia, o que é escrito representa uma “verdade” absoluta.

A resposta que Machado encontra é a tensão que a estrutura do palimpsesto possibilita. Assim, sua obra se configura ambígua, apresentando camadas de leitura perceptíveis ou não, dependendo do olhar que as diseca. Mantém, portanto, a camada crítica e corrosiva sem confrontos, que só o afastariam daquele público que ambicionava alcançar.

Entender a obra de Machado por esse prisma implica uma reflexão: é possível avaliar apropriadamente a força crítica de um texto literário sem considerar o seu contexto de publicação?

Bibliografia

- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Vol. I, II e III. Rio de Janeiro: Aguillar, 1994.
- _____. *Quincas Borba*. (Edição crítica) Rio de Janeiro: INL, Comissão Machado de Assis, 1969.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo, Saraiva, EDUSP, 1978. 241p.
- FERRAZ, Márcia Helena Mendes. *As ciências em Portugal e no Brasil (1722-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: EDUC, 1997. 245 p.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- LIMA, Luiz Costa. “O palimpsesto de Itaguaí”. In: *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- LÖWY, Michel. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MEYER, Marlyse. “Estações”. In: *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- MOREIRA, Sonia de Sousa. *Literatura e im-prensa*. (Manuscrito), 1992.
- MURICY, Katia. *A razão cética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, Qual Romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.